

[Handwritten signature]



SOLSIL - Associação de Solidariedade Social do Silveiro

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2021

**Balanço em 31 de Dezembro de 2021**

Balanço em 31 de Dezembro de 2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2021	31-12-2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1 435 717,05	1 492 329,04
Investimentos financeiros	17.14	10 232,43	7 914,24
SOMA		1 445 949,48	1 500 243,28
Ativo Corrente			
Inventários	9	4 467,74	4 065,37
Créditos a receber	17.1	9 507,93	7 397,22
Estados e outros entes públicos	17.6	2 688,56	2 157,28
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17.13	33 528,95	28 318,95
Diferimentos	17.3	8 827,10	12 211,28
Outros ativos correntes	17.2	71 070,32	77 649,86
Caixa e depósitos bancários	17.4	209 869,61	128 760,57
SOMA		339 960,21	260 560,53
Total do ativo		1 785 909,69	1 760 803,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	17.5	48 337,86	48 337,86
Resultados transitados	17.5	546 962,15	604 582,78
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	17.5	881 103,04	911 113,44
SOMA		1 476 403,05	1 564 034,08
Resultado líquido do período		-40 607,34	-57 620,63
Total do fundo de capital		1 435 795,71	1 506 413,45
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	92 926,67	8 662,18
SOMA		92 926,67	8 662,18
Passivo corrente			
Fornecedores	17.16	25 529,07	32 997,59
Estado e outros entes públicos	17.6	23 831,85	22 402,43
Financiamentos obtidos	7	15 731,88	6 196,31
Diferimentos	17.3	7 417,10	5 626,39
Outras passivos correntes	17.7	184 677,41	178 505,46
SOMA		257 187,31	245 728,18
Total do passivo		350 113,98	254 390,36
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 785 909,69	1 760 803,81

O Contabilista Certificado N.º 84833

A Direcção

Associação de Scholares Social do Silveira
ADSS/S



Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31.12.2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (1)	
		PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	10	384.871,84	451.942,43
Subsídios, doações e legados à exploração	10, 12, 17.8	917.666,23	886.938,38
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	113.257,04	124.202,36
Fornecimentos e serviços externos	17.9	197.843,86	214.436,81
Gastos com o pessoal	15	1.009.259,91	1.035.932,68
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	17.15	628,72	
Outros rendimentos	17.10	50.321,18	53.850,70
Outros gastos	17.11	5.183,02	6.965,88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		26.686,70	11.193,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	66.531,61	68.577,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		- 39.844,91	- 57.383,40
Juros e gastos similares suportados	17.12	762,43	237,23
Resultado antes de impostos		- 40.607,34	- 57.620,63
Resultado líquido do período		- 40.607,34	- 57.620,63

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado N.º 84833

Ricardo Juntas

A. Direção

Associação de Contabilistas Certificados de Évora
A. DIREÇÃO



Demonstração de Fluxos de Caixa em 31.12.2021

RUBRICAS	NOTAS	UNIDADE MONETÁRIA (1)	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		379.186,91 €	463.209,21 €
Pagamentos a fornecedores		- 317.602,25 €	- 331.368,73 €
Pagamentos ao pessoal		- 1.002.348,90 €	- 1.023.471,46 €
Caixa gerada pelas operações		- 940.764,24 €	- 891.630,98 €
Pagamentos/recebimento do imposto sobre o rendimento		934.221,11 €	852.127,17 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 6.543,13 €	- 39.503,81 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 8.746,80 €	- 27.407,69 €
Investimentos financeiros		- 2.318,19 €	- 633,23 €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5.264,14 €	3.341,57 €
Subsídios ao investimento		1.605,64 €	
Juros e rendimentos similares		8,59 €	152,17 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 4.186,62 €	- 24.547,18 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		100.000,00 €	8.889,65 €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 7.372,75 €	- 241,08 €
Juros e gastos similares		- 788,46 €	- 8.648,57 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		91.838,79 €	8.648,57 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2+ 3)		81.109,04 €	55.402,42 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		128.760,57 €	184.162,99 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.4	209.869,61 €	128.760,57 €

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado N.º 84833

A Direção




Demonstração de Execução dos Resultados Por Natureza em 31.12.2021

UNIDADE MONETÁRIA (1)

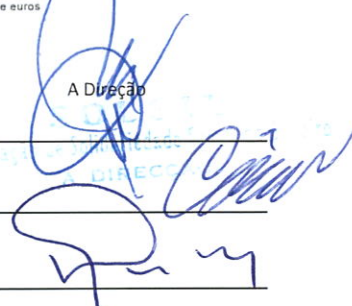
RENDIMENTOS E GASTOS	Previsto Orçamento 2021	Realizado	Taxa de execução			
				Em valor	Em %	
	(1)	(2)	(3) = (2) / (1)	(4) = (2) - (1)	(5) = (4) / (1)	
Vendas e serviços prestados	+	459 406,97	384 871,84	83,78%	-74 535,13	-16,22%
Subsídios, doações e legados à exploração	+	962 157,00	917 666,23	95,38%	-44 490,77	-4,62%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumic	-	125 950,65	113 257,04	89,92%	-12 693,61	-10,08%
Fornecimentos e serviços externos	-	196 475,07	197 843,86	100,70%	1 368,79	0,70%
Gastos com o pessoal	-	1 073 846,99	1 009 259,91	93,99%	-64 587,08	-6,01%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- / +		-628,72			
Outros rendimentos	+	48 262,88	50 321,18	104,26%	2 058,30	4,26%
Outros gastos	-	7 613,93	5 183,02	100,00%	-2 430,91	-31,93%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	65 940,21	26 686,70	40,47%	-39 253,51	-59,53%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	65 362,64	66 531,61	101,79%	1 168,97	1,79%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	577,57	-39 844,91	-6898,72%	-40 422,48	-6998,72%
Juros e gastos similares suportados	-	214,48	762,43	355,48%	547,95	255,48%
Resultado antes de impostos	=	363,09	-40 607,34	-11183,82%	-40 970,43	-11283,82%
Imposto sobre rendimento do período	-/+					
Resultado líquido do período	=	363,09	-40 607,34	-11183,82%	-40 970,43	-11283,82%

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

O Contabilista Certificado N.º 84833



Licínio Pinto

A Direcção


A Direcção



1. Identificação da Entidade

A SOLSIL - Associação de Solidariedade Social do Silveiro é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 72 de 26/03/1992, Série III, com sede na Rua das Areias, n.º 46, 3700 - 066 Oiã. Tem como atividades principais para a prossecução dos seus fins:

- Atividades de Apoios à Comunidade:
 - ✓ Fisioterapia;
 - ✓ Gabinete Médico e de Enfermagem/Análises Clínicas;
 - ✓ Lavandaria;
 - ✓ Serviços de Refeição; e
 - ✓ Atividades Desportivas.
- Centro de Atividades de Tempos Livres;
- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Acolhimento Temporário;
- Centro de Convívio;
- Centro de Dia;
- Lar;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Serviço de Psicologia;
- Terapia da Fala.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:



- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI); e
- Portaria n.º 8257/2015 de 29 de Julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é a 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas



contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra em abaixo:

- Edifícios e outras construções: 50 Anos
- Edificações ligeiras: 6 anos
- Equipamento básico: 6 Anos
- Equipamento de transporte: 5 Anos



- Equipamento administrativo: 6 Anos
- Outros ativos fixos tangíveis: 8 Anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos*” ou “*Outros gastos*”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

- Programas de Computador: 3 Anos
- Outros ativos Intangíveis: 5 anos



O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perdas para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;



- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são apresentadas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos a perda por imparidade.



À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra

em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.



Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*



- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*"

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transacção e não da forma do contrato. Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os activos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos activos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



4. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contábilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01/01/2021	Aquisições/ Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
CUSTO DE AQUISIÇÃO						
Bens do domínio público						
Bens do património HAC						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	137 759,93					137 759,93
Edifícios e outras construções	2 002 417,15					2 002 417,15
Equipamento básico	586 867,32	6 499,15				593 366,47
Equipamento de transporte	274 140,83					274 140,83
Equipamento Administrativo	109 401,97	1 365,78	-214,64			110 553,11
Outros ativos fixos tangíveis	8 724,83	1 898,10				10 622,93
Investimentos em Curso	0,00					0,00
TOTAL	3 119 312,03	9 763,03	-214,64	0,00		3 128 860,42
DEPRECIAÇÕES						
Bens do domínio público						
Bens do património HAC						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	737 211,71	39 581,57				776 793,28
Equipamento básico	538 717,55	14 201,68				552 919,23
Equipamento de transporte	251 708,14	10 645,54				262 353,68
Equipamento Administrativo	90 464,15	2 063,28	-214,64			92 312,79
Outros ativos fixos tangíveis	8 724,85	39,54				8 764,39
TOTAL	1 626 826,40	66 531,61	-214,64	0,00		1 693 143,37
VALOR LÍQUIDO CONTABILÍSTICO	1 492 329,04					1 435 717,05



6. Ativos Intangíveis

Não aplicável.

7. Locações

A Entidade detinha uma locação financeira cujo os valores contabilísticos:

Descrição	Valor de aquisição	Amortização acumuladas	Valor contabilístico	Valor em dívida	Não corrente	Corrente
Cont. leasing N.º LSG20680223001 AB99AE	17.680,72	5.893,57	11.787,15	8.658,55	2.926,67	5.731,88
Total	17.680,72	5.893,57	11.787,15	8.658,55	2.926,67	5.731,88

8. Empréstimos Obtidos

A Entidade detinha os seguintes financiamentos obtidos:

Descrição	Valor em dívida	Não corrente	Corrente
Mútuo - BPI	100 000,00	90 000,00	10 000,00
Total	100 000,00	90 000,00	10 000,00

A Entidade à data de 31/12/2021 tem uma garantia de 90.000,00 € a favor da Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A, referente ao empréstimo bancário existente no BPI.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
Mercadorias Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	4.065,37	113.747,71	88,30	4.467,74	113.257,04
Produtos Acabados e Intermédios Produtos e Trabalhos em curso					
TOTAL	4.065,37	113.474,71	88,30	4.467,74	113.257,04



Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31-Dez-2020	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
Mercadorias					
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	4.033,40	124.137,16	97,17	4.065,37	124.202,36
Produtos Acabados e Intermédios					
Produtos e Trabalhos em curso					
TOTAL	4.033,40	124.137,16	97,17	4.065,37	124.202,36

10. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubrica	2021	2020	Variação Nominal	Variação %
Prestação de Serviços	384.871,84	451.942,43	-67.070,59	-14,84%
Quotas de utilizadores	350.887,70	356.917,16	-6.029,46	-1,69%
Creche	71.702,98	67.480,11	4.222,87	6,26%
Infantário/Pré-Escolar	56.332,73	45.723,16	10.609,57	23,20%
A.T.L.	17.557,76	16.765,24	792,52	4,73%
Centro de Convívio	1.072,27	1.445,21	-372,94	-25,81%
Centro de Dia	8.402,05	17.412,91	-9.010,86	-51,75%
Lar	166.841,99	164.187,42	2.654,57	1,62%
Apoio Domiciliário	28.977,92	43.903,11	-14.925,19	-34,00%
Quotas e Jóias	12.449,00	12.900,15	-451,15	-3,50%
Serviços secundários	21.535,14	82.125,12	-60.589,98	-73,78%
Subsídios, doações e legados à exploração	917.666,23	886.938,38	30.727,85	3,46%
Instituto da Segurança Social	828.471,22	799.860,29	28.610,93	3,58%
Creche	190.370,63	183.480,56	6.890,07	3,76%
Infantário/Pré-Escolar	74.868,69	74.264,13	604,56	0,81%
A.T.L.	16.779,04	15.636,32	1.142,72	7,31%
Centro de Convívio	11.120,80	11.495,20	-374,40	-3,26%
Centro de Dia	16.765,34	20.245,56	-3.480,22	-17,19%
Lar	129.802,72	119.483,52	10.319,20	8,64%
Apoio Domiciliário	70.776,00	68.316,60	2.459,40	3,60%
C.A.T.	317.988,00	306.938,40	11.049,60	3,60%
Outras Entidades	89.195,01	87.078,09	2.116,92	2,43%
Outros Rendimentos	50.312,59	53.698,53	-3.385,94	-6,31%
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	939,27	988,17	-48,90	-4,95%
Sinistros	5.264,14	3.341,57	1.922,57	57,53%
Correções períodos anteriores	4.175,50	8.211,42	-4.035,92	-49,15%
Imputação de subsídios ao investimento	31.615,96	30.446,59	1.169,37	3,84%
Donativos	6.963,72	9.489,28	-2.525,56	-26,61%
Outros não especificados	1.354,00	1.221,50	132,50	10,85%
Juros Obtidos	8,59	152,17	-143,58	-94,35%
TOTAL	1.352.859,25	1.392.731,51	-39.872,26	-2,86%



11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020	Variação Nominal	Variação %
Subsídios do Governo	828.471,22	799.860,29	28.610,93	3,58%
Instituto da Segurança Social	828.471,22	799.860,29	28.610,93	3,58%
Apoios do Governo	89.195,01	87.078,09	2.116,92	2,43%
Instituto da Segurança Social	21.262,48	18.922,55	2.339,93	12,37%
Centro de Emprego - IEFP	45.480,73	42.463,52	3.017,21	7,11%
Junta de Freguesia de Oíã	800,00	1.500,00	-700,00	-46,67%
Câmara Municipal de Oliveira do Bairro	20.891,30	24.094,85	-3.203,55	-13,30%
Outros	760,50	97,17	663,33	682,65%
TOTAL	917.666,23	886.938,38	30.727,85	3,46%

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2021 e 2020, foram, respetivamente 4 em cada ano.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foi de 74 e em 2020 foi de 77, sendo que à data de 31/12/2021 eram 76 funcionários e à data de 31/12/2020 eram 77.



É de realçar que durante o ano de 2021 e de 2020 a Entidade recebeu apoios à contratação de funcionário, tais como, estágios profissionais, estímulos emprego e contratos de emprego inserção.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020	Varição Nominal	Varição %
Remuneração ao Pessoal	800.740,03	820.578,87	-19.838,84	-2,42%
Encargos sobre Remunerações	194.978,99	200.054,57	-5.075,58	-2,54%
Seguro de Acidentes de Trabalho	8.941,29	9.058,66	-117,37	-1,30%
Outros Gastos com Pessoal	4.599,60	6.240,58	-1.640,98	-26,30%
TOTAL	1.009.259,91	1.035.932,68	-26.672,77	-2,57%

O quadro em baixo demonstra a gastos com o pessoal, descontados dos subsídios recebidos para apoio direto à contratação de funcionários:

Descrição	2021	2020	Varição Nominal	Varição %
Gastos c/ Pessoal	1 009 259,91	1 035 932,68	-26 672,77	-2,57%
Subsídios à exploração	45 480,73	31 033,52	14 447,21	46,55%
Gasto Líquido	963 779,18	1 004 899,16	-41 119,98	-4,09%

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



17.1. Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes		
Clientes	9.507,93	7.397,22
Utentes		
Utentes de Cobrança Duvidosa	14.735,63	14.106,91
Sub-Total	24.243,56	21.504,13
Perdas por imparidade acumuladas		
Utentes	14.735,63	14.106,91
Sub-Total	14.735,63	14.106,91
Total	9.507,93	7.397,22

17.2. Outras ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimo de rendimentos	45 150,08	49 818,28
Comparticipação I.G.F.S.S.	44 475,42	47 259,80
Subsídio Autonomia CAT - Municipio de Ol. Do Bairro	0,00	2 321,52
Rappel	369,00	
Estorno Seguro	305,66	236,96
Outros devedores	25 898,69	27 379,76
I.E.F.P. - Apoios à contratação de pessoal	18 632,80	20 332,22
Empréstimos a Utentes	2 137,54	1 899,37
Segurança Social - Adaptar Social +	4 000,00	4 000,00
Outros	1 128,35	1 148,17
Adiantamento de fornecedores	21,55	451,82
Total	71 070,32	77 649,86



17.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	3.837,04	4.338,14
Trabalhos Especializados	649,59	3.365,74
Higiene, Saúde e Conforto	2.464,84	3.035,19
Material Didático	653,06	744,01
Material da Secretaria	280,13	728,20
Gás Propano	942,44	0,00
TOTAL	8.827,10	12.211,28
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	0,00	36,00
Subsídio Exploração (CAT)	0,00	4.635,96
Subsídio Exploração -IEFP	7.417,10	954,43
TOTAL	7.417,10	5.626,39

17.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020	Variação Nominal	Variação %
Caixa	177,82	1.081,63	-903,81	-83,56%
Depósitos à ordem	122.031,03	30.026,77	92.004,26	306,41%
Depósitos a prazo	87.660,76	97.652,17	-9.991,41	-10,23%
TOTAL	209.869,61	128.760,57	81.109,04	62,99%

17.5. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Fundos	48.337,86			48.337,86
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados Transitados	604.582,78		57.620,63	546.962,15
Excedentes de Revalorização				
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	911.113,44	1.605,56	31.615,96	881.103,04
TOTAL	1.564.034,08	1.605,56	89.236,59	1.476.403,05



17.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
IVA	2.688,56	2.157,28
Total	2.688,56	2.157,28
Passivo		
IRS	3.274,78	3.634,50
IVA	913,76	207,07
Segurança Social	18.947,47	18.126,75
Outros Impostos e Taxas	695,84	434,11
Total	23.831,85	22.402,43

17.7. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Pessoal - Remunerações a pagar	178,67	1.118,45
Credores por acréscimos de gastos	140.540,80	134.496,97
Outros Credores	34.031,12	30.017,73
Adiantamentos de clientes e utentes	9.926,82	12.872,31
TOTAL	184.677,41	178.505,46

17.8. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios de outras entidades	917.666,23	886.841,21
Doações	0,00	97,17
Total	917.666,23	886.938,38

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

**17.9. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020	Variação Nominal	Variação %
Trabalhos especializados	26.486,89	12.917,44	13.569,45	105,05%
Publicidade e propaganda	1.085,04	362,86	722,18	199,02%
Vigilância e segurança	1.507,12	836,31	670,81	80,21%
Honorários	15.059,37	14.462,23	597,14	4,13%
Conservação e reparação	18.557,21	25.990,76	-7.433,55	-28,60%
Serviços Bancários	1.178,54	1.461,73	-283,19	-19,37%
Ferramentas e utensílios de	3.343,78	2.958,12	385,66	13,04%
Material de escritório	4.616,18	3.119,74	1.496,44	47,97%
Outros Materiais	13.826,13	26.359,82	-12.533,69	-47,55%
Eletricidade	18.475,89	29.451,32	-10.975,43	-37,27%
Combustíveis	31.541,17	27.821,55	3.719,62	13,37%
Água	15.465,34	18.202,02	-2.736,68	-15,04%
Deslocações e estadas	422,64	184,09	238,55	129,58%
Transportes de pessoal	337,50	360,00	-22,50	-6,25%
Transporte de Mercadorias	4,94	0,00	4,94	
Rendas e alugueres	1.400,00	4.200,00	-2.800,00	-66,67%
Comunicação	4.542,18	6.128,27	-1.586,09	-25,88%
Seguros	7.482,21	7.258,11	224,10	3,09%
Contencioso e notariado	30,00	219,00	-189,00	-86,30%
Despesas de representação	0,00	0,00	0,00	
Limpeza, higiene e conforto	25.730,17	21.489,34	4.240,83	19,73%
Outros serviços	6.751,56	10.654,10	-3.902,54	-36,63%
TOTAL	197.843,86	214.436,81	-16.592,95	-7,74%



17.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	939,27	988,17
Sinistros	5.264,14	3.341,57
Correções períodos anteriores	4.175,50	8.211,42
Imputação de subsídios ao investimento	31.615,96	30.446,59
Donativos	6.963,72	9.489,28
Outros não especificados	1.354,00	1.221,50
Juros Recebidos	8,59	152,17
Total	50.321,18	53.850,70

O comparativo está desenvolvido no Ponto 10.

17.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020	Variação Nominal	Variação %
Impostos	1.147,02	671,42	475,60	70,83%
Descontos de p.p. concedidos	0,01		0,01	
Correções exercícios anteriores	2.264,00	5.610,61	-3.346,61	-59,65%
Quotizações	610,00	680,00	-70,00	-10,29%
Outros não especificados	1.135,96		1.135,96	
Juros de Mora	26,03	3,85	22,18	576,10%
TOTAL	5.183,02	6.965,88	-1.782,86	-25,59%

17.12. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de "Juros e gastos similares suportados" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020	Variação Nominal	Variação %
Juros de Empréstimos	453,91	0,00	453,91	
Juros de Leasing	308,52	237,23	71,29	30,05%
TOTAL	762,43	237,23	525,20	221,39%

**17.13. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

O saldo da rubrica de "Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Quotas e Outros Serviços	33.528,95	28.318,95
Quotas de cobrança duvidosa	4.389,00	4.389,00
Sub-Total	37.917,95	32.707,95
Perdas por imparidade acumuladas		
Quotas	4.389,00	4.389,00
Sub-Total	4.389,00	4.389,00
Total	33.528,95	28.318,95

17.14. Investimentos Financeiros

A Entidade regista na rubrica de Investimentos Financeiros o valor de 10.232,43 € em 2021 sendo 8.872,51 € ao Fundo de Compensação do Trabalho e 1.359,92 € referente ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

Em 2020 o valor era de 7.914,24 € sendo o valor de 6.554,32 € referente ao Fundo de Compensação do Trabalho e de 1.359,92 € referente ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

17.15. Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)

O saldo da rubrica de "Perdas por Imparidade" e de "Reversões" é discriminado da seguinte forma:

	2021	2020
Perdas por imparidade de dívidas a receber	628,72	
Reversões de perdas por imparidade de dívidas a receber		
Demonstração de Resultados (perdas/reversões)	628,72	0,00

**17.16. Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	25.529,07	32.997,59
Fornecedores títulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
TOTAL	25.529,07	32.997,59

A Instituição à data de 31/12/2021 tem uma garantia bancária no valor de 5.000€ a favor do fornecedor BP Portugal Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A..

17.17. Número médio de utentes por valência

No quadro abaixo indicado é apresentado o número médio de utentes por valência:

Utentes que frequentaram a Instituição

Valências	2021	2020	Variação Nominal	Variação %
Creche	53	53	0	0,00%
Pré-Escolar	39	34	5	14,71%
C.A.T.L.	24	29	-5	-17,24%
C.A.T.	19	18	1	5,56%
Centro de Convívio	14	16	-2	-12,50%
Centro de Dia	3	11	-8	-72,73%
Lar	22	22	0	0,00%
S.A.D.	16	21	-5	-23,81%
TOTAL	190	204	-14	-6,86%

17.18. Acontecimentos após a data do Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2021 foram aprovadas em Assembleia Geral pelos sócios em 31 de Março de 2022.



Silveiro, 10 de Março de 2022

O Contabilista Certificado N.º 84833

Em representação da Sociedade de Contabilidade

Santos & Cruz, Lda



A Direção

